

A condição da mulher proprietária de negócio de confecção no agreste pernambucano: dificuldades e desigualdades na divisão sexual do trabalho.

Autoras:

Denise Clementino de Souza (GEIA/UFPE). E-mail: profadenisesouza@gmail.com; Flaviane Jeronimo dos Santos (GEIA/UFPE); Danielli de Andrade Carvalho (GEIA/UFPE); Nádia Avelino de Carvalho (GEIA/UFPE); Anny Carolyny Barbosa Santos da Silva (GEIA/UFPE).

1 Introdução

Observa-se uma desigualdade entre índice de emprego masculino e feminino a partir dos anos 90. Enquanto o emprego masculino regrediu ou se estagnou, houve um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres em nível mundial. Esse crescimento feminino no mercado de trabalho se fez presente tanto nas áreas formais quanto nas informais da economia. Contudo, essa participação vem cada vez mais acompanhada da precarização e vulnerabilidade do trabalho. As desigualdades de salários, condições de trabalho e saúde não diminuíram, tampouco a disparidade na divisão sexual do trabalho doméstico se modificou com o engajamento das mulheres nas responsabilidades profissionais (HIRATA, 2002).

O termo “divisão sexual do trabalho” pode ser aplicada a duas acepções de conteúdos distintos. De um lado, estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e de outro se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos (HIRATA; KERGOAT, 2007).

No Brasil, seguindo a tendência global, a inserção das mulheres no mercado de trabalho também é marcada pela dicotomia de progressos e atrasos. De um lado, observa-se um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, a partir da metade dos anos 1970, de outro, o alto desemprego e a péssima qualidade do emprego feminino. Em um extremo, o acesso à carreira com profissões de prestígio e a cargos de gerência ou diretoria, por parte de mulheres escolarizadas, em outro, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais. Ainda assim, de forma geral, as mulheres se voltam para o trabalho, mas com a permanência dos afazeres domésticos indicando a continuidade do modelo familiar tradicional e sobrecarregando as trabalhadoras (BRUSCHINI, 2007).

A condição da mulher no agreste pernambucano das confecções não difere muito do cenário global e nacional. Segundo Carvalho e Silva (2015), grande parte das atividades nessa região é realizada na informalidade, com condições precárias, alto grau de diversificação e especialização da produção, além do trabalho faccionado.

Nessa região, a produção tem base familiar e forte mão de obra feminina (CARVALHO; SILVA, 2015). Comumente, as facções (unidades de trabalho contratada pelas fábricas e fabricos para a execução de etapas do processo produtivo como corte e costura) funcionam dentro da área da residência da família de uma das costureiras. Esse trabalho feminino em domicílio tem se mostrado fundamental no agreste pernambucano das confecções, tendo o crescimento da produção se dado não com a expansão sistemática da equipe interna das fábricas, mas com o trabalho das costureiras industriais em domicílio (PREFEITURA DE CARUARU et al, 2015).

Nesse contexto, o processo de banalização da desigualdade de gênero impôs, inicialmente, como característica feminina costurar, predominando então a precarização e desvalorização dessa atividade produtiva (CARVALHO; SILVA, 2015). Contudo, com o passar dos anos e a formalização das fabricas, a atividade de costura não permaneceu de exclusividade das mulheres dessa região, como acontece na maioria de outras localidades. Sendo a costura um elemento na qual os homens e as mulheres desenvolvem, sem que o

estereótipo de “trabalho de mulher” tenha oferecido maiores resistências à inserção dos homens. Nessa atividade a questão da divisão sexual do trabalho é mais sutil, porém não deixa de existir, observa-se, por exemplo, nos casais onde ambos têm a função de costurar, que o homem trabalha no turno noturno (14 às 22h) e a mulher no diurno (6 às 14h) para que possa “tomar conta dos filhos” (MELO, 2011), mantendo a responsabilidade da dupla jornada. Estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), apontam que a mulher brasileira trabalha em torno de 58 horas semanais, 5 horas a mais que os homens. Grande maioria das costureiras de facção no agreste pernambucano trabalha entre 10 e 19 horas por dia (CARVALHO; SILVA, 2015).

Contudo, as mulheres ainda são a maioria no setor confecção. Isso se deve ao fato de receberem menos, atuarem tanto no trabalho formal quanto informal, nos trabalhos domiciliares ou, ainda, nas facções que estão nos segmentos mais inferiores das redes de subcontratação do agreste pernambucano (BEZERRA, 2011).

Se por um lado, observa-se a preponderância da mão de obra feminina no trabalho da confecção; por outro, pouco se tem estudado a mulher nesse contexto. Desse modo, o interesse pela categoria gênero assinala, segundo Scott (1995) um envolvimento com uma história que inclui as narrativas dos(as) oprimidos(as) e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão, além de uma compreensão da desigualdades de poder, pois mesmo sabendo que as mulheres participaram de pequenos e grandes eventos da humanidade, permanecem invisíveis como sujeitos históricos. Sendo assim, ressaltar sua participação na construção social ajuda a diminuir essa invisibilidade.

Tendo em vista o exposto, o presente estudo tem como objetivo analisar as dificuldades e as desigualdades na divisão sexual do trabalho das mulheres proprietárias de negócios de confecção no Calçadão Miguel Arraes, centro de compras popular situado no agreste pernambucano.

2 O agreste pernambucano das confecções e o Calçadão Miguel Arraes

A atividade produtiva de confecção no Agreste Pernambucano teve início na década de 1950 quando a produção algodoeira no Nordeste passava por uma crise, fazendo com que muitas famílias enfrentassem a extrema pobreza e péssimas condições de vida no campo e migrassem para as cidades em busca de trabalho. Nesse período as mulheres tiveram um importante papel, pois, a fim de prover o sustento da família, começaram a fabricar peças simples, com retalhos trazidos de São Paulo e Recife, para vender nas feiras da região (BEZERRA, 2011).

Com o passar dos anos, a produção foi ganhando importância no comércio e sendo vendida em outras cidades da redondeza, os negócios foram sendo ampliados e surgiram os fabricos (núcleos produtivos domésticos informais) e as facções (SOUZA et al, 2017).

Nos anos 1990, começou um movimento para modernização das feiras livres gerando o surgimento de grandes centros de compra que ofereciam uma estrutura mais adequada ao comércio (SOUZA et al, 2017) e a atividade de confecção se consolida (QUEIROZ, 2016).

Nesse contexto, surge na cidade de Santa Cruz do Capibaribe em 2006, o Moda Center Santa Cruz. Contudo, sua estrutura não beneficiou a todos os comerciantes e confeccionistas, pois nem todos tinham condições financeiras de adquirir um box ou loja, o que foi um fator determinante para as pessoas de menor poder aquisitivo se alocarem em seus arredores, formando a popularmente conhecida “Feira do Poeirão”. Esse nome refletia a triste realidade vivida pelos trabalhadores da feira livre, que sofriam com a lama nos períodos de grandes chuvas, enfrentavam precárias condições de higiene, altos riscos com as fiações expostas e ausência de banheiros (QUEIROZ, 2016).

Diante dessas precárias condições, a prefeitura construiu um novo espaço em parceria

com o governo do Estado, a fim de melhorar as condições de trabalho dos comerciantes locais. Foi então que em 2014 foi inaugurado o Calçadão Miguel Arraes (Figuras 1 e 2), entregue de forma gratuita a cerca de 4 mil famílias confeccionistas (QUEIROZ, 2016) e espaço na qual este estudo foi realizado.

O Calçadão Miguel Arraes recebeu investimentos de mais de 15 milhões de reais e, atualmente, possui uma área coberta de mais de 25 mil metros quadrados, dividida em três módulos com 3.480 boxes, 62 lojas, 48 banheiros, 48 pontos na praça de alimentação, iluminação e área de estacionamento para automóveis e ônibus de 7.800 m² (QUEIROZ, 2016).

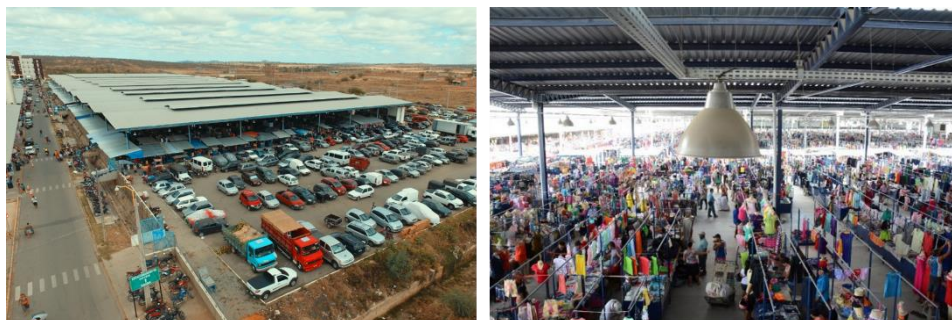


Figura 1 – Visão externa do Calçadão Miguel Arraes. (Fonte: Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe)

Figura 2 – Visão interna do Calçadão Miguel Arraes. (Fonte: Portal Mídia Urbana)

Os(as) proprietários(as) de negócio neste estabelecimento são caracterizados como mão de obra desqualificada, de baixa escolaridade e, em sua maioria, estão inseridos(as) no setor informal da economia (QUEIROZ, 2016). Dentre eles(as), existem os(as) que confeccionam seus produtos e os(as) que apenas revendem em consignado.

3 Metodologia

Este estudo utilizou uma abordagem qualitativa do tipo exploratório-descritiva. Segundo Minayo (1998), a pesquisa qualitativa é importante para compreender as relações que ocorrem entre atores sociais tanto no âmbito das instituições quanto nas representações de determinado grupo sobre temas específicos. Foram realizadas 23 entrevistas semiestruturadas de acordo com um roteiro previamente construído e dividido em quatro eixos: perfil da entrevistada, papéis desempenhados, dificuldades enfrentadas e desigualdades nas divisões sexuais de trabalho. Também foram feitas observações não participantes visando um melhor entendimento do campo. Diante dos achados, foi realizada a análise de conteúdo temática (BARDIN, 2000).

4 Análise dos resultados

As entrevistadas apresentam idades entre 25 e 64 anos e a maioria era casada. Todas possuem filhos com idade entre 8 meses e 41 anos, sendo que 13 das entrevistadas têm filhos com idade até 12 anos e levam o filho para o trabalho ou contam com ajuda de algum familiar para deixar a criança nos dias de venda. As que possuem filhos já maiores informaram que não trabalhavam quando eles eram pequenos, pois tinham que cuidar deles. Grande parte das mulheres é de Santa Cruz do Capibaribe (22), embora existam negociantes que são de outras cidades da região (11). A maioria atua há mais de 10 anos na confecção, sendo que a de menor tempo possui dois meses no setor e a de maior tempo, 30 anos.

A escolaridade das proprietárias de negócio é baixa, tendo grande parte (12) apenas o ensino fundamental incompleto, uma com fundamental completo, três com médio incompleto, seis com médio completo e uma sem qualquer escolaridade.

Os produtos vendidos são diversos, dentre eles: modas feminina, masculina, infantil, praia e *fitness*, além de cama, mesa e banho, sendo que 20 também fabricam as peças e três só revendem. A maioria dos negócios são informais, apenas 5 possuem MEI e 4 CNPJ.

A rotina das mulheres que atuam no Calçadão Miguel Arraes é extensa e preenchida com as diversas atividades que o negócio engloba, desde a compra de matéria-prima, pagamento, produção até a venda das peças no empreendimento. As pausas que são feitas ao longo do dia estão destinadas a execução das atividades domésticas – que também integram a ampla jornada de trabalho – o que é inevitável, já que o processo de confecção das peças geralmente é realizado nos fabricos e facções em domicílio, como relata a entrevistada: “Acordo seis e meia vou trabalhar depois faço café, às vezes minha menina faz, aí eu espero ela chamar, vou até meio dia e dou uma cochilada volto uma e meia ou duas e fico até onze da noite, dez e meia ou onze da noite”. Esse fato corrobora com os achados de estudos como o de Bezerra (2011) e o de Araújo (2015) que relatam a exaustiva jornada de trabalho das mulheres que atuam na confecção.

É perceptível que os afazeres domésticos são executados pelas proprietárias de negócio, e quando não, cabe à outras mulheres tal papel, sejam suas mães ou suas filhas mais velhas. Compete a elas também a tarefa de auxiliar na educação e cuidado com os filhos, conforme relatado pelas entrevistadas: “Ah, minha vida é uma loucura. Eu levo criança na escola, aí eu costuro em casa, aí tem que pegar ele na escola, fazer comida, entendeu? Só no dia de feira que minha mãe me ajuda” e “Tem, as minhas filhas sempre que elas tão em casa elas me dão uma força”.

Essa dupla jornada é fruto da desigual divisão sexual do trabalho, na qual cabe às mulheres o trabalho reprodutivo e ao homem, o produtivo. Fazendo com que as que também atuem no setor produtivo da economia tenham que acumular as duas atividades. Essa realidade local não é diferente da global, como apontou Hirata e Kergoat (2003). Somado a esse aspecto está a informalidade do setor na região que, segundo Bezerra (2012), levam às condições precárias de trabalho e consolidam antigos e novos processos discriminatórios sobre o trabalho e a condição da mulher.

As proprietárias de negócio no Calçadão Miguel Arraes enfrentam, em seus trabalhos, dificuldades diversas, ligadas à infraestrutura, higiene, segurança, fiscalização e concorrência, o que gera uma série de problemas relacionados à qualidade de vida no trabalho.

Em relação à infraestrutura reclamam da ligação elétrica do lugar, na qual faltam tomadas, gerando dificuldades na comunicação e utilização de aparatos tecnológicos. Somado a isso, colocam o fator higiene, com a falta de limpeza dos banheiros, sujeira nos corredores por falta de lixeiro, mal cheiro do canal de esgoto etc., o que acarreta problemas de saúde e bem-estar, além do desconforto, como citado na fala abaixo:

É assim, porque só temos energia lá em cima. Aqui não pode colocar, por exemplo, uma tomada pra ligar um ventilador, carregar um celular tem ser no portátil, né, aí descarrega. Então tudo isso, né, falta de uma infraestrutura melhor. Os banheiros não são limpos, mas a gente vai pro Moda Center e é limpo. É diferente, acho. Mas é bom porque nós ganhamos esse espaço aqui, né, que antes trabalhávamos o que, na terra, é era na lona, bancos de madeira cobertos com lona. Então era uma dificuldade muito grande e agora não, melhorou muito. Mas só como a gente paga condomínio, eu acho que poderia melhorar mais.

As entrevistadas também apontaram como dificuldade a insegurança para deixar mercadorias nos boxes e na locomoção de casa para o Calçadão Miguel Arraes. Algumas das

proprietárias residem em municípios vizinhos e precisam sair de madrugada para poder arrumar seus produtos no espaço de vendas, antes da sua abertura, como apontado a seguir:

Dificuldade assim né, eu moro distante, moro bem longe no interior, no sítio de Brejo de Madre de Deus, aí a dificuldade para vim é ruim, sair de casa de madrugada, aí é muito arriscado, vem acontecendo muitas coisas, tem assalto essas coisas assim que sempre acontece, tá assim sem segurança que não tem, nas estradas sempre tem dificuldade.

A concorrência de ambulantes que circulam vendendo dentro do centro de compras e a falta de fiscalização com relação à essa comercialização também são dificuldades identificadas no local. Essa concorrência é considerada desleal pelas mulheres, pois como não pagam condomínio conseguem diminuir seu preço. Percebe-se, ainda, a cópia de produtos na região, conforme relatado:

Muita concorrência por que o pessoal vende na mão. A gente paga, né, o espaço da gente aqui pra vim vender e eles passam vendendo a mesma mercadoria. Chega de frente do banco da gente aqui mermo, eu estou cansada. [...] Cansada de ver gente chegar aqui com a mesma mercadoria, que já imitaram a minha.

Apesar do exposto, observou-se que a maioria se sente satisfeita e realizada, gosta do que faz e não trocaria de profissão. Tendo em vista que as pessoas nessa região já nascem recebendo fortes influências para atuar na confecção, uma entrevistada relatou que não saberia exercer outra função além de atividades ligadas a esse segmento:

Não, nunca pensei [em mudar de profissão] não. Eu também não sei fazer outra coisa, não sei se vai dá certo, eu já tô acostumada. Quando é tempo ruim a gente já sabe que vai ser ruim, quando é bom já sabe que vai ser bom, todo negócio também tem tempo ruim.

5 Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as dificuldades e as desigualdades na divisão sexual do trabalho das mulheres proprietárias de negócio no Calçadão Miguel Arraes, centro de compras popular situado no agreste pernambucano das confecções. Identificou que: (1) a rotina de trabalho das proprietárias de negócio é extensa e com o acúmulo da atividade produtiva e reprodutiva levando a dupla jornada; (2) as mulheres enfrentam problemas de segurança no que tange aos boxes e ao seu deslocamento de casa ao local de vendas; e (3) mesmo enfrentando dificuldades e desigualdades na relação sexual de trabalho, as mulheres se dizem satisfeitas em atuarem na confecção. O estudo pode ajudar a dar visibilidade à condição da mulher proprietária de negócios no agreste pernambucano das confecções, realidade que tem suas características locais, mas também apresenta pontos de convergência com a situação das mulheres em nível global.

Referencial principal

- BEZERRA, E. M. **O trabalho a domicílio das mulheres do cariri paraibano no pólo de confecções do agreste de Pernambuco**. Dissertação. Pós-Graduação em Ciências Sociais. UFCG: Campina Grande, 2011.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, vol.37, n.132, 2007.
- CARVALHO, C. B. R. P.; SILVA, S. R. A. (Org.). **Diálogo Social: Mulheres Costurando Direitos**. Santa Cruz do Capibaribe: Secretaria da Mulher de Pernambuco, 2015.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu** (17/18), 2002.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (org.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

MELO, P. S. **As políticas públicas de emprego, trabalho e renda no polo de confecções do Agreste de Pernambuco**: suas incidências em alguns grupos de mulheres. Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Campina Grande, 2011.

PREFEITURA DE CARUARU; PREFEITURA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE; PREFEITURA DE TORITAMA. **Cartilha**. Diálogo Social: Mulheres Costurando Direitos. Santa Cruz do Capibaribe: Secretaria da Mulher de Pernambuco, 2015.

QUEIROZ, L. S. **Moda center Santa Cruz – PE: Uma análise sobre a dinâmica do comércio de confecções e suas implicações socioespaciais entre os trabalhadores do calçado**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em geografia) – Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2016.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SOUZA, D. C.; MARTINS, T. L. D.; PAIVA, R. D. S.; SÁ, M. Caracterização do Público Lojista de um Centro de Compras no Agreste das Confecções: Tendências Disposicionais e Tensões Administrativas. In: EnANPAD, 41., 2017. **Anais...** Curitiba: Anpad, 2017.